A FERRO E FOGO, DE JOSUÉ GUIMARÃES: ROMANCE HISTÓRICO LUKÁCSIANO

Dr. MÁRCIO MIRANDA ALVES Universidade de Caxias do Sul (UCS) Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil mirandaalvesm@gmail.com

EDUARDO ORTIZ (DOUTORANDO)
Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)
Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil
luftortiz@gmail.com

RESUMO: Este artigo busca analisar dois textos de Josué Guimarães, a partir das perspectivas sobre o romance histórico teorizado por György Lukács, refletindo primeiramente sobre o contexto sócio-histórico de seu surgimento e a respeito dos pressupostos e características necessárias para que uma obra possa ser considerada como tal. A partir disso, discutiremos o surgimento do romance histórico na América do Sul e no Brasil para, em seguida, exemplificarmos suas implicações nas obras A ferro e fogo: tempo de solidão (1972) e A ferro e fogo: tempo de guerra (1975), de Josué Guimarães, explorando, principalmente, as representações dos eventos históricos e sociais na ficção com o intuito de estabelecer as devidas conexões com o gênero teorizado por Lukács.

Palavras-chave: Romance histórico. *A ferro e fogo*. György Lukács. Josué Guimarães.

Artigo recebido em: 23 jul. 2018.

Aceito em: 17 ago. 2018.

A FERRO E FOGO, BY JOSUÉ GUIMARÃES: LUKACSIAN HISTORICAL NOVEL

ABSTRACT: This article seeks to analyze two texts by Josué Guimarães, using the perspectives of the historical novel theorized by György Lukács, reflecting at first on the socio-historical context of its emergence and on the presuppositions and characteristics necessary for a work to be considered as such. Thereafter, we will discuss the emergence of the historical novel in South America, and in Brazil, in order to exemplify its implications in the works *A ferro e fogo: tempo de solidão* (1972) and *A ferro e fogo: tempo de Guerra* (1975), by Josué Guimarães, exploring, mainly, the representations of historical and social events in fiction with the purpose of establishing the proper connections with the genre theorized by Lukács.

Keywords: Historical novel. A ferro e fogo. György Lukács. Josué Guimarães.

INTRODUÇÃO

A teoria do romance histórico elaborada por György Lukács foi publicada inicialmente em fragmentos na revista russa *Literaturni Kritik*, em 1936, e por completa na obra *O romance histórico*, com primeira edição em 1937. Nela, o autor investiga a "interação do desenvolvimento econômico e social com a visão de mundo e a forma artística que se engendram a partir desse desenvolvimento" (LUKÁCS, 2011, p. 29), priorizando o tempo que muda, ao invés do tempo que passa. Em sua análise do gênero romance histórico, Lukács direciona as atenções para as transformações e rupturas que têm como efeito imediato a condução das massas ao "sentido histórico", o que, por si só, também se constitui um elemento revolucionário.

O romance histórico surge a partir de uma nova tendência literária, reflexo direto dos estudos históricos pós-1848, quando historiadores e sociólogos passam a buscar a compreensão dos novos conflitos. Nesse momento vem à tona uma revisão no modo de "fazer história", em que se deixa de acreditar no progresso da sociedade e passa-se a compreendê-la através da:

valorização de uma substância eterna, de uma essência da natureza humana imutável, cuja organização social toma uma forma diferente em cada período da história, mas que isso não é resultado de um processo histórico ou de um progresso das ideias humanas em seu campo social. (ROMANI, 2015, p. 6)

Para escrever um romance dessa natureza, os romancistas revisitam o passado com o embasamento documental fornecido pela historiografia. Muitos deles eram adeptos dos ideais da revolução de 1848, mas, com a derrota do movimento, passaram a utilizar o gênero como uma forma de denunciar os desmandos da burguesia em relação às classes inferiores. Assim, o objetivo principal do romance histórico é demonstrar aos leitores que os destinos individuais estão conectados diretamente com o coletivo, proporcionando uma nova compreensão da história nacional e suas correlações com a história mundial.

Para desenvolver sua teoria, Lukács pesquisou o "produto" que melhor concretiza as suas ideias. Analisou primeiramente o episódio ocorrido na Alemanha do século XVIII, momento em que a filosofia passou a refletir profundamente sobre a história e o passado, valorizando principalmente a Antiguidade e a Idade Média. Esses períodos históricos foram de fundamental importância para os intelectuais alemães, os quais acreditavam que nessas épocas estavam situadas as origens do povo germânico e que a partir daí se poderia encontrar uma explicação para o momento que a Alemanha enfrentava, imersa em profunda decadência econômica e questionamentos de ordem cultural.¹

Entretanto, foi na virada do século XVIII para o XIX que Lukács constata o surgimento do que passou a chamar de "sentido histórico", pois segundo ele foi nesse momento que se criaram "as possibilidades concretas para que os indivíduos percebam sua própria existência como algo condicionado historicamente, para que percebam que a história é algo que intervém profundamente em sua vida cotidiana, em seus interesses imediatos" (LUKÁCS, 1996, p. 22, tradução nossa)². Foi nesse período também que o autor verificou que a adoção de ideais revolucionários começou a fazer parte de uma realidade mais ampla, de um sentimento relativo à coletividade, ou seja, de sentimentos e experiências que antes eram exclusivos de um pequeno grupo de indivíduos. Nesse momento, esses sentimentos passaram a ser

¹ Nesse momento a Alemanha vivia o seu processo de unificação, mas carecia de uma identidade própria. Foi então que duas "escolas" históricas se sobressaíram na tentativa de sua construção, a primeira, conhecida como a escola rankeana, e a segunda, como escola histórica prussiana.

² Todas as traduções das citações da edição mexicana, de 1996, são de nossa autoria.

experimentados pela grande massa, fazendo com que surgisse a partir deles um sentimento de unidade nacional.

Esse sentimento não foi suficiente para despertar o surgimento do romance histórico, na medida em que este não pode existir sem que introduza nas pessoas certa sensibilidade para a história. Ou seja, não basta conhecer a história ou possuir uma filosofia dela, como o caso já citado da Alemanha do século XVIII, onde intelectuais como Immanuel Kant (1724-1804) e Johann Gottfried von Herder (1744-1803) buscavam no passado explicações para a situação atual do país, valendo-se de uma filosofia da história. Para o romance histórico se desenvolver é preciso, também, que a história se torne uma experiência real, que possa ser vivida tanto pelos intelectuais e aristocratas quanto pela grande massa. Esse fenômeno é resultado direto – e sem a qual não seria possível – da Revolução Francesa, que desencadeou diversos outros acontecimentos entre a queda da Bastilha, em 1789, e a rendição de Napoleão, em 1814, um período de tempo que não compreendeu mais do que uma geração.

E são justamente os acontecimentos ocorridos na França, resultantes das guerras napoleônicas, que Lukács utiliza para se referir ao despertar do sentimento nacional da massa, e concomitantemente da compreensão da história nacional, visto que eles provocaram "uma onda de sentimentos nacionais, de oposição ao nacional contra as conquistas de Napoleão, em suma: uma onda de entusiasmo pela autonomia nacional" (LUKÁCS, 1996, p. 23). Foi também por meio desses episódios que o autor encontra o ponto essencial de sua análise, na medida em que foi a partir deles que as pessoas adquiriram na coletividade a consciência de suas condições econômicas, para em seguida assumirem as diferenças sociais, o que veio posteriormente a resultar na luta de classes.

Porém, cabe deixar claro que "se o romance histórico começa como um exercício de construção nacional no rescaldo da reação romântica à Revolução Francesa e à expansão napoleônica, os resultados variam segundo cada contexto" (ANDERSON, 2007, p. 211). Nesse sentido, cada país reflete em diferentes épocas, nas narrativas ficcionais, os eventos pertinentes para a sua construção e consolidação. No caso do Brasil, o romance histórico surge na literatura brasileira grosso modo concomitantemente ao surgimento do próprio romance, na metade do século XIX, e se manifesta em outros momentos do século XX, como veremos adiante ao tratar de *A ferro e fogo*.

O ROMANCE HISTÓRICO SEGUNDO LUKÁCS

Em O romance histórico, Lukács identifica algumas características comuns ao gênero e, além disso, estabelece duas "exigências" principais que deveriam ser seguidas pelos escritores que almejassem escrever um romance histórico. A primeira delas determina que o romancista deve restabelecer a singularidade histórica de uma determinada época, para que dessa maneira se possa chegar à segunda "exigência", a "verdade histórica", que será obtida por meio das atuações das personagens. Essa "verdade histórica" precisa apresentar de forma explícita os costumes, hábitos, valores e diversas de uma determinada peculiaridades época por meio do comportamento dos sujeitos.

No que tange aos elementos intrínsecos do romance histórico, Lukács faz referência aos tipos de personagens. O herói, por exemplo, jamais será posto em um patamar acima do que ele realmente pertence, ou seja, não possui "elevações" significativas no decorrer da narrativa. Ele será o representante da coletividade, uma pessoa comum, que apenas se torna o herói da trama pela situação do momento que assim exigir, visto que sem essas condições ele continuaria a ser apenas mais um sujeito da sociedade. A esse herói cabe também o papel secundário no acontecimento histórico, mas sua importância não diminui por conta desse fator, visto que a sua presença é fundamental para o desenvolvimento do enredo. Além disso, esse personagem consiste no verdadeiro representante da crise histórica representada na obra e sobre ele deve incidir a imagem sintetizada das peculiaridades da época em que a trama ocorre e seus resultados.

Seguindo essa mesma concepção, no romance histórico lukacsiano as personagens principais não são as grandes lideranças históricas, como reis, papas ou generais. Estes são condicionados a um papel secundário no transcorrer da ficção, visto que:

o romance não exige necessariamente a figuração de homens importantes em situações importantes [...] ele pode abdicar disso, apresentando as personagens significativas sob uma forma que dê a seus traços uma expressão puramente interna e moral, de modo que a oposição figurada entre o cotidiano mesquinho da vida e esse significado puramente intensivo do homem, essa inadequação entre homem e ação, entre interior e exterior, torne-se o atrativo próprio do romance. (LUKÁCS, 2011, p. 159)

No entendimento de Lukács, o papel fundamental do romance histórico é situar o leitor num tempo passado, ajudando-o a compreender os acontecimentos ocorridos, valorizando o modo com que se dá a representação do período histórico. No entanto, Lukács deixa claro que a ênfase principal do

romancista não deve recair diretamente sobre o acontecimento em si, mas, sim, nos efeitos deste sobre as figuras humanas. É importante que a obra apresente a conjuntura e o entrelaçamento da crise sobre os destinos pessoais das personagens, não podendo de forma alguma essa crise ser representada de maneira abstrata. A crise não poderá ser tratada como uma catástrofe isolada, mas, sim, como uma cadeia de catástrofes, as quais incidirão de forma profunda na vida pessoal das personagens. Isto é, "o romance histórico não deve mostrar nem existências individuais nem acontecimentos históricos, mas a interação de ambos: o evento precisa trespassar e transfixar de um só golpe o tempo existencial dos indivíduos e seus destinos" (JAMESON, 2007, p. 192).

Em meio a muitos romancistas europeus que, desde a segunda metade do século XVIII, fizeram dos movimentos históricos um elemento caro a suas representações, foi nas obras do escritor escocês Walter Scott que Lukács encontrou a base de sua teoria. Para o pensador, a ficção de Scott reúne os elementos necessários para a construção do romance histórico, uma vez que nas obras dos escritores anteriores falta o "elemento especificamente histórico: o fato de a particularidade dos homens ativos derivar da especificidade histórica de seu tempo" (LUKÁCS, 2011, p. 33). Além disso, Walter Scott consegue preencher os requisitos necessários a esse gênero literário porque cria seus heróis de forma que "determinados traços individuais e específicos de seu caráter se combinem de forma complexa e vívida com a época em que vivem, com a corrente que representam e que se empenham por guiar até a vitória ou o fracasso da luta" (LUKÁCS, 1996, p. 51). Além disso, para Kölln (2012, p. 182), não foi apenas:

a capacidade imaginativa de Scott *per se* que o fez ser um dos grandes nomes do romance histórico, mas sim sua capacidade de, no diálogo com a realidade histórica que o cercava – e nesse sentido o estruturava enquanto consciência –, retratar na totalidade a experiência sócio-histórica de seu tempo. (KÖLLN, 2012, p. 182)

Se para Lukács o romance histórico surge com Walter Scott e, posteriormente, aperfeiçoa-se com Manzoni, com Leon Tolstói esse gênero da prosa chega ao seu ápice. Isso porque o romance *Guerra e paz:*

é a moderna epopeia da vida popular, e de um modo ainda mais decisivo que em Scott ou Manzoni. A descrição da vida do povo é ainda mais ampla, colorida e rica em figuras humanas. É mais consciente a ênfase na vida popular como o verdadeiro fundamento do processo histórico. (LUKÁCS, 1996, p. 100)

Lukács tem grande apreço por esta obra de Tolstói, já que, de acordo com os seus critérios, ela pode ser identificada como um caso bem resolvido de romance histórico porque o autor soube escolher um período representativo da história, traduzindo-o de maneira fiel, com todos os seus conflitos. Além das tensões de caráter econômico e político, também estão presentes nele as crises amorosas, familiares e domésticas. Tolstói também teria acertado na escolha das personagens triviais, fazendo com que não transpareçam nelas nenhum tipo de elevação espiritual e nem grandes atos heroicos.

Em *Guerra e paz* as grandes figuras históricas também são apresentadas de forma secundária, porém de maneira humanizada, sem deixar de lado a grandeza de seus cargos. Nesse romance pode-se encontrar um realismo visceral e bem-acabado, o que faz dessa obra o "ponto alto de toda a história do romance histórico" (LUKÁCS, 1996, p. 99), um modelo a ser seguido por romancistas que almejam escrever uma narrativa nesses moldes. O modelo de romance histórico lukacsiano dominou maciçamente sobre todas as demais narrativas ocidentais desde o seu surgimento, no século XVII, até a era eduardiana³, e continua rendendo novas obras na contemporaneidade, apesar de haver diferentes subgêneros do romance histórico.

Na literatura brasileira, o romance histórico surgiu em meados do século XIX sob influência dos escritores românticos europeus, os quais buscavam registrar o processo histórico ao qual estavam vinculados com o objetivo de documentá-lo. Ao mesmo tempo em que procuravam registrar diretamente a realidade, os romancistas brasileiros buscavam construir uma imagem "idealizada do homem americano, mestiço e colonizado, que precisava ser nobilitado com a aura do mito. Indianismo, regionalismo e nacionalismo operam na convergência de um mesmo processo" (CHAVES, 1991, p. 17).

O primeiro romance histórico brasileiro, para muitos, teria sido a obra *Jeronymo Cortereal*, de Pereira da Silva, publicado em 1840. No entanto, além de ter sido publicada em Portugal, a ação da narrativa transcorre em terras lusas, o que leva os pesquisadores a desconsiderarem essa obra como um romance da literatura brasileira. Esse pioneirismo, para muitos, fica por conta da obra *Um roubo na Pavuna*, de Azambuja Suzano, publicada em 1843.

Ainda no final século XIX e no início do século XX importantes romances históricos foram publicados no Brasil. O escritor que mais se destaca foi sem dúvida José de Alencar, com as suas obras *A cabeça de Tiradentes de Joaquim Norberto*, de 1856, *O guarani*, de 1857, *As minas de*

³ Período que corresponde ao reinado do rei Eduardo VII entre 1901 e 1910, no Reino Unido.

prata, de 1865 (publicado três anos antes em folhetim), e *A guerra dos mascastes*, de 1874.

O século XIX registra outros romances históricos na literatura brasileira. Porém, também há obras produzidas posteriormente, em momentos de crise, mais especificamente durante a ditadura de Getúlio Vargas, quando alguns escritores, como forma de resistência ao poder vigente, denunciavam os horrores produzidos pelo Estado Novo. Chaves (1991, p. 25-26) aponta algumas obras que são representativas do gênero neste período, como Os subterrâneos da liberdade, de Jorge Amado, e O tempo e o vento, de Erico Verissimo, entre outros.

Apesar de algumas obras tratarem de temas diferentes, compararmos aos produzidos na Europa Ocidental e na Rússia, o romance histórico no Brasil teve um importante papel social desde o Império, passando pela implantação da República, sendo utilizado também em outros períodos conturbados da história política, como o da ditadura Vargas. No caso específico do Rio Grande do Sul, essas narrativas buscam resgatar os eventos de ruptura que ecoam do passado. Além de O tempo e o vento, outra importante obra trata-se de A ferro e fogo, um romance de Josué Guimarães que aborda a história da imigração alemã na então Província de São Pedro. Publicado em dois tomos, Tempo de solidão e Tempo de guerra, essa narrativa apresenta muitos dos elementos que, segundo Lukács, caracterizam o romance histórico. Um deles tem a ver com o recorte temporal feito por Josué Guimarães na representação histórica de seu romance, na medida em que a narrativa transcorre inicialmente no momento da chegada dos primeiros imigrantes alemães ao Rio Grande do Sul, no início do século XIX, para a partir daí seguir em direção a outros períodos de revoltas e conflitos.

JOSUÉ GUIMARÃES E O ROMANCE HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO

A chegada dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, em 1824, significou uma ruptura no sistema econômico da Província, visto que esse sistema era até então baseado em uma economia pecuária, tendo como principais características o latifundio e a utilização de mão de obra escrava.

Nos primórdios da dominação lusa na Província, Portugal havia enviado açorianos para colonizá-la e cultivar principalmente o trigo, mas os interesses da coroa nessa época não estavam voltados à agricultura, já que esses eram colocados "como secundários diante dos interesses da política de expansão territorial, como também [...] os objetivos políticos de contrabalançar o

desenvolvimento de uma classe independente de soldados-estancieiros" (TRAMONTINI, 2003, p. 27).

Nesse sentido, a expansão territorial constitui-se como o principal – mas não único – motivo para o surgimento das estâncias. Essas estâncias eram geralmente formadas por uma sesmaria⁴, sendo essas comandadas pelos estancieiros, que eram uma espécie de "chefe guerreiro." Reuniam-se em torno dele "os que trabalhavam sob suas ordens, os que necessitavam de sua proteção, até mesmo os que tinham medo de sua força" (ROCHE, 1969, p. 34). Esse "chefe militar" manteve durante o período de paz a autoridade que possuía em épocas de guerra, o que acabou por torná-lo o líder nato de seu grupo.

Há ainda outros fatores que colaboraram para o surgimento das estâncias. O primeiro deles diz respeito ao resultado das incursões dos bandeirantes ao interior do continente, quando os jesuítas foram expulsos para a Banda Oriental, deixando para trás todo o seu gado, que se reproduziu rapidamente e tornou-se selvagem e abundante. Isso atraiu diversos "homens bons"⁶, os quais tinham como objetivo arrebanhar os animais, dando início dessa maneira à povoação da Província pelo homem branco. Outro fator que acabou contribuindo para o desenvolvimento dessa cultura foi a viabilidade, visto que a densidade demográfica na Província era bastante baixa e a criação de gado demandava pouca mão de obra. Via de regra eram necessárias dez pessoas para criarem dez mil cabeças de gado.

Porém, o crescimento da população rio-grandense provocou a falta de alguns gêneros alimentícios, os quais já eram bastante caros porque necessitavam ser importados, principalmente de outras províncias, visto que os produzidos na região já não eram mais suficientes para atender a demanda. Como solução a essa crise alimentícia, o governo imperial buscou estabelecer as colônias, primeiramente as alemãs, próximas dos grandes centros populacionais, com o intuito de abastecê-las com os gêneros produzidos pelos imigrantes.

A grande novidade nesse contexto foi o surgimento de uma nova classe média livre e branca, pequena proprietária, agindo em um segmento até então pouco explorado, a agricultura, e em um segmento que podemos considerar incomum na Província, o artesanato. Outro ponto importante que surge na

⁴ Medida de terra formada por uma porção de 43 quilômetros quadrados. No entanto, as primeiras sesmarias a serem distribuídas na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul possuíam 129 quilômetros quadrados.

⁵ Forma com a qual Jean Roche se referia aos estancieiros, pois eles eram responsáveis pela região onde viviam, incluindo as atividades militares nos tempos de guerra.

⁶ Do ponto de vista histórico, os "homens bons" no Brasil eram aqueles que possuíam poder aquisitivo e influências junto ao governo imperial. Eram eles os responsáveis pelas decisões políticas e econômicas nas regiões onde atuavam.

ocasião foi o que Ângela Sperb chamou de "nova psicologia em relação ao trabalho" (SPERB, 1974, p. 7), pois para os povos ibéricos a relação com o trabalho era vista até então com um olhar negativo, segundo o qual trabalhar era algo desprezível, geralmente associado a servos e escravos.

Nesse contexto, a chegada dos imigrantes alemães à Província ocasionou de alguma maneira uma ruptura na base econômica da sociedade sul-rio-grandense. A partir dela surge na sociedade um novo segmento no interior das hierarquias provincianas, já que os imigrantes não eram servos (peões) e muito menos escravos, mas possuíam a sua pequena propriedade e não estavam sob influência dos estancieiros.

A narrativa de A ferro e fogo representa esse contexto de forma fiel, na medida em que na ficção praticamente não há relação entre os imigrantes e os grandes estancieiros. Mais comum era o contato entre alemães envolvidos no comércio e os luso-brasileiros, meio em que se reproduz o discurso negativo em relação ao trabalho. Podemos notar isso no discurso de Gründling, um grande comerciante alemão, que afirma em um bar para os seus conterrâneos que "Deus inventou o negro para derrubar mato, cavar terra e carregar água. [...] Para domar cavalo xucro, camperear, marcar boi, castrar bicho e servir mate [...] o diabo inventou o índio, o bugre" (GUIMARÃES, 2006, p. 5-6). O discurso de Gründling explicita atividades que estavam mais relacionadas com as exercidas na campanha do que com as exercidas pelos colonos, evidenciando dessa maneira a transmissão ideológica lusa sobre a visão dos comerciantes alemães em relação ao trabalho. O romance mostra também que os imigrantes que não tinham esse contato com os grupos ibéricos não possuíam esse discurso em relação ao trabalho. A personagem Daniel, por exemplo, se envergonhava de:

atravessar todo o oceano nos porões de um navio [...] para se enviar nas bebedeiras em vez de amanhar a terra, plantar, colher, encher a burra – isso não era próprio de um Lauer Schneider. [...] Depois esquecia os amigos de sábado e passava o resto da semana no pedaço de roça atrás da casa [...] ainda plantaria trigo na sua terra. (GUIMARÃES, 2006, p. 9)

O período histórico representado em *A ferro e fogo* traz alguns eventos que podem ser caracterizados como momentos de crise, o que também indica a aproximação da obra com o romance histórico de Lukács. A narrativa representa, por exemplo, a Guerra da Cisplatina, que gerou grande descontentamento tanto por parte da camada mais abastada da população brasileira, que sofreu com o aumento de impostos promovido pelo governo para financiar a guerra, quanto pelas camadas mais pobres, que eram

regimentadas indiscriminadamente para o combate. Essa guerra não terminou bem para o Brasil, porque além de o Império sair derrotado, o conflito acabou gerando um desequilíbrio na então enfraquecida economia brasileira e desgastando ainda mais a imagem de Dom Pedro I. Em contrapartida, as Províncias Unidas do Prata saíram vitoriosas e por intermédio da França e da Inglaterra foi assinado o tratado que dava independência àquela região, criando-se assim a República Oriental do Uruguai.

No período dessa guerra, na ficção a família Schneider vive na mal delineada fronteira, nas proximidades da Lagoa Mirim, local por onde passam as tropas de ambas as frentes. Ali criam alguns animais e uma plantação significativa de diversos gêneros que se desenvolve de maneira acelerada, isso pelo menos até a eclosão do conflito. Com o início da Guerra da Cisplatina, a família Schneider encontra-se em uma situação dificil. Seus integrantes sentem na pele o horror de uma guerra, seja na devastação de sua propriedade pelo movimento das forças armadas que avançavam e recuavam, seja na violência gratuita sofrida por eles e por seus empregados, além dos constantes saques. A obra registra também um importante agravante para essa situação, que é a falta de comunicação entre os imigrantes alemães e os povos lusos e hispânicos que habitavam a região, gerando dessa maneira diversos tipos de hostilidades.

Além da Guerra da Cisplatina, há outros momentos de crise representados no romance, como a Guerra Farroupilha (1835-1845), em que os estancieiros entram em conflito armado contra o governo imperial. O motivo da guerra seria o descontentamento dos estancieiros com as altas taxas sobre a importação do sal, o que acabava por encarecer o valor de seu principal produto, o charque, impossibilitando dessa maneira a competição com o produto platino, muito mais barato. Além do mais,

tornava-se claro para os gaúchos que o Rio Grande era relegado à posição de estalagem do império: fornecia soldados, cavalos e alimento durante as lutas fronteiriças; a guerra desorganizava sua produção mas não recebia indenização por dano sofrido. Da mesma forma, os altos comandos das tropas só eram dados a elementos do centro, enquanto que, na realidade, era o Rio Grande que sustentava a guerra. (PESAVENTO, 2002, p. 38)

O conflito que começou em 1835 teve os seus pontos altos em 1838, com a tomada de diversas cidades importantes da Província, como Pelotas e Rio Pardo. Antes disso, em 1836, houve a proclamação da República Rio-Grandense e, com a invasão de Laguna, em Santa Catarina, em 1839, foi proclamada a República Juliana por Davi Canabarro e Giuseppe Garibaldi. O

movimento farroupilha defendia ideais de igualdade, liberdade e humanidade, e seus principais líderes haviam prometido a alforria a todos os negros que se habilitassem a lutar ao seu lado. Porém, ao término do conflito, em 1845, foi assinada a Paz de Ponche Verde, na qual o governo se comprometia a baixar os tributos sobre a importação de sal, aumentar os impostos sobre o charque platino e restituir os prejuízos dos estancieiros envolvidos, mantendo os seus postos militares, sem que houvesse a abolição da escravatura. Nem os que lutaram pela causa farroupilha – e sobreviveram ao Massacre de Porongos⁷ – ganharam a sua liberdade, o que significa que nada mudou estruturalmente na sociedade.

Durante esse período representado na ficção, a família Schneider está instalada na colônia de São Leopoldo, e de certa maneira bem estabelecida. Mas para a decepção de Catarina, seu filho mais velho, Philipp Klumpp Schneider, junta-se às tropas revolucionárias sob o comando do Major Otto Heise e parte para a guerra.

Nesse momento a narrativa expõe uma importante fronteira cultural que divide os povos ibéricos dos germânicos: o idioma. As ordens de comando muitas vezes não são compreendidas pelos alemães, o que acaba gerando o isolamento entre os "soldados" dentro do próprio corpo. Um episódio bastante curioso representado em *Tempo de guerra*, e que reforça essa ideia de fronteira cultural por meio do idioma, ocorre quando um imigrante alemão pede para falar com os seus compatriotas que iriam para a guerra. O comandante das tropas concede a permissão, mas ele não sabe e nem compreende que o alemão estava tentando persuadir os seus patrícios a se desligarem daquele corpo armado. O resultado foi um êxito total, pois houve uma debandada de alemães de volta para as suas terras, abandonando a guerra e o seu comandante.

Apesar de poucos imigrantes terem pegado em armas para lutar em um dos lados do conflito, e dos que pegaram apenas uma minoria lutou junto aos republicanos, uma das personagens principais do romance adere a essa causa, defendendo-a com argumentos bem justificados. O comportamento de Philipp é muito semelhante ao utilizado pelos estancieiros, no qual se pode notar na personagem o crescimento de um sentimento de pertencimento regional, pois Philipp sentia-se um verdadeiro "gaúcho". Na sequência dos acontecimentos, Philipp acaba ferido com gravidade e desmaia. A partir desse momento a narrativa sofre um grande avanço temporal, vindo Phillipp a

⁷ Episódio ocorrido no dia 14 de novembro de 1844, quando tropas imperiais sob o comando do coronel Francisco Pedro de Abreu atacaram as tropas farroupilhas em seu acampamento nas imediações do Cerro de Porongos, matando, em sua maioria, lanceiros negros – escravos que lutavam por sua alforria. Existe um documento conhecido como Carta de Porongos, que revela um acordo entre as forças militares para dizimar esses lanceiros.

"acordar" somente após outro ferimento, na Guerra do Paraguai. Embora Phillip seja o protagonista da ação durante a representação da guerra, ele não chega a ser um heroi. Como aponta Lukács em relação ao romance histórico, Phillip é uma pessoa comum que representa uma coletividade, os alemães, e toda uma crise histórica centrada na guerra. Sobre ele, portanto, incide um ponto de vista sintetizado das peculiaridades da época no que se refere à participação dos imigrantes nas guerras da província.

Além da Guerra da Cisplatina e da Guerra Farroupilha, a narrativa registra outro conflito armado que configura um momento de crise e instabilidade na narrativa de Josué Guimarães: a Guerra do Paraguai (1864-1870), o maior conflito armado ocorrido no continente americano. O líder paraguaio Solano López queria conquistar territórios na Bacia do Prata, para dessa maneira ter acesso ao mar e poder escoar a sua produção. Em 1864 aprisionou um navio brasileiro no Rio Paraguai. No mesmo ano invadiu o Mato Grosso, e, no ano seguinte, a região de Corrientes, na Argentina.

Em 1865, Brasil, Uruguai e Argentina assinam um acordo de cooperação militar, criando dessa maneira a Tríplice Aliança. Essa guerra resultou na queda de Solano López, na destruição da indústria paraguaia e consequentemente da sua economia, bem como no genocídio de seu povo. Cerca de 90% da população masculina acima dos vinte anos pereceu, isto é, 20% de sua população total. Potências como a Inglaterra patrocinaram esse conflito, já que o Paraguai, além de ser autossuficiente, possuía um nível de industrialização considerável, o que poderia fazer com que os ingleses perdessem de certa maneira a sua influência sobre a região.

No decorrer da representação desse período em *A ferro e fogo* podemos encontrar a barbárie de um conflito levado ao seu ponto extremo. Várias personagens do romance estão envolvidas diretamente no conflito, sofrendo todos os tipos de privações no campo de batalha, desde a falta de roupas e comida, até as péssimas situações de higiene, o que acabou por desencadear uma infestação de piolhos e o alastramento de epidemias como a varíola e a cólera, que foram as principais causadoras de mortes em ambos os exércitos.

O romance também representa a situação da colônia de São Leopoldo no período da Guerra do Paraguai, que passou a enfrentar uma profunda crise econômica. Muitos proprietários de colônias haviam partido para o conflito, compulsivamente aliciados pelo império, forçados dessa maneira a deixar suas famílias e as suas terras para trás, o que resultou em uma diminuição significativa da produção. Essa situação, somada à necessidade de abastecer o exército, gerou o desaparecimento de grande quantidade de gêneros alimentícios das prateleiras dos empórios.

Além disso, podemos citar outra característica marcante que faz com que A ferro e fogo seja um romance histórico nos moldes propostos por Lukács: a presença do herói mediano. O herói mediano da trama, ou melhor, a heroína mediana, Catarina Klumpp Schneider, é uma personagem comum no enredo. Chega ao Brasil com a sua família, em 1824, na primeira leva de imigrantes destinados à colônia de São Leopoldo. Tem uma vida normal, apesar das dificuldades vividas, resultantes do descaso do governo imperial em relação a promessas não cumpridas e também ao processo natural de adaptação. Ao surgir uma oportunidade, ela e sua família mudam-se para a fronteira, sem ter ideia de que há uma guerra na região. Soldados acabam por estuprá-la e procuram por seu marido para matá-lo, pois o casal, sem saber, estava interceptando armas contrabandeadas. Daniel Abrahão Lauer Schneider, seu marido, esconde-se em um poço e permanece nesse esconderijo, por diversas semanas, o que acaba por enlouquecê-lo. E é a partir desse evento que Catarina passa a ser a heroína da trama, na medida em que acaba por assumir a função de chefe de sua família, guiando-a através do comércio a uma importante posição social na colônia de São Leopoldo e favorecendo seu marido com a possibilidade para que se torne um seleiro notável. Em Catarina está personificada a imigração alemã, a partir da qual também são percebidos muitos dos costumes, valores e tradições da época que caracterizam o cenário da imigração.

As grandes lideranças históricas (imperador, generais e estancieiros) são figuradas sempre em segundo plano. Embora não deixem de ter certa importância no contexto histórico representado, uma vez que mantêm as suas devidas posições, eles nunca chegam a assumir a condição de protagonistas. Alguns desses personagens da história real chegam até a transitar na obra, em encontros com as personagens fictícias. A personagem histórica mais frequente na obra trata-se de Jorge Antônio von Schäffer, o principal responsável pela idealização da imigração alemã no país, reunindo as pessoas na Alemanha e embarcando-as para o Brasil. No entanto, Schäffer não participa de forma ativa na narrativa, pois suas intervenções acontecem em geral nas cartas escritas para o amigo Gründling e por citações indiretas de suas falas.

Por fim, importante destacar que em *A ferro e fogo* não se encontram registros de elementos fantásticos, e muito menos míticos, o que não estaria de acordo com o romance histórico. Nesse sentido, o romance apresenta o retrato de uma época temporalmente localizada, em constante diálogo entre a história oficial e a ficção, cujas personagens sofrem o impacto de crises e conflitos de um importante período histórico do Rio Grande do Sul e do Brasil,

preservando certas características que se coadunam com o romance histórico lukacsiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O romance histórico teorizado por Lukács foi importante para escritores e leitores dos séculos XVIII e XIX, que a partir dele puderam refletir sobre os processos históricos em curso. Esse modelo de romance chega ao Brasil em meados do século XIX e mantém certa influência sobre alguns romancistas do século seguinte. Ao lançarem seus olhares para as crises do passado, em busca de compreensão para o contexto histórico e social de sua época, os escritores continuam fieis às formas do romance consagrado por Walter Scott e Tolstói.

A ferro e fogo, de Josué Guimarães, apresenta muitas características do modelo de romance histórico definido por Lukács. A narrativa dos primeiros anos da imigração coloca personagens comuns no centro de grandes crises, como as guerras da Cisplatina, do Paraguai e a Revolução Farroupilha. Nesses eventos as personagens sofrem as consequências de maneira intensa, de forma que a narrativa apresenta uma realidade pouco conhecida das batalhas que agitaram o Brasil no século XIX. Esses eventos são orquestrados por lideranças históricas conhecidas que, por sua vez, não são protagonistas da ficção. O protagonismo em A ferro e fogo cabe à personagem Catarina Schneider, que lidera a família na colônia e consegue fazer com que todos sobrevivam aos primeiros anos de dificuldade na nova pátria. No entanto, ela se caracteriza por ser o que Lukács chama de "heroi mediano", ou seja, uma personagem comum, representante de um grupo e sobre a qual reflete os problemas de uma época.

Dessa forma, o que Josué Guimarães representa nessa obra não consiste apenas em uma ruptura, ou uma crise, mas, sim, uma série delas, enredadas e entrelaçadas em um período conflituoso da América Latina, de maneira que não se pode entender uma sem entender a outra, bem como o contexto histórico e social que as proporcionaram. O romancista, então, consegue obter êxito na construção de sua obra, com verossimilhança de época representada, de maneira que ela pode ser considerada um romance histórico lukacsiano.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Trajetos de uma forma literária. *Novos estudos -* CEBRAP, São Paulo, n. 77, p. 205-220, mar. 2007.

CHAVES, Flávio Loureiro. A história vista pela literatura. In: _____; BATTISTI, Elisa (Org.). *Cultura Regional*: língua, história e literatura. Caxias do Sul: Educs, 2004. p. 9-18.

GUIMARÃES, Josué. *A ferro e fogo*: tempo de solidão. 15. ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 2006.

JAMESON, Fredric. O romance histórico ainda é possível?. *Novos estudos* - CEBRAP, São Paulo, mar. 2007, n. 77, p.185-203.

KÖLLN, Lucas André Berno. O romance histórico. *Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, v. 16, n. 1, p. 179-184, 1. Semestre 2012.

LUKÁCS, Georg. *La novela histórica*. Trad. de Jasmin Reuter. Mexico: Ediciones Era, 1996.

_____. O romance histórico. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade. Visões literárias do urbano.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969. v. I.

ROMANI, Carlo. *A teoria da História, o romance histórico e a crise do realismo burguês*. Disponível em: http://docslide.com.br/education/a-teoria-da-historia-e-o-romance-historicoem-lukacs.html Acesso em: 04 nov. 2015.

SPERB, Ângela et. al. Levantamento e apreciação da problemática de São Leopoldo no período de 1824-1889. *Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo, n. 28, p. 4-66, 1974.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes*: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824 – 1850. 1. ed. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2003.

EDUARDO ORTIZ: Doutorando em História no programa de pós-graduação da Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) com bolsa Capes. Editor associado da revista Oficina do Historiador. Editor gerente na revista Estudos Ibero-Americanos. Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Desenvolve pesquisas com ênfase em: história cultural, literatura, processos culturais e acervos literários.

MÁRCIO MIRANDA ALVES: Professor no Mestrado em Letras e Cultura e no Doutorado em Letras na Universidade de Caxias do Sul (UCS). Possui pósdoutorado em Letras, Cultura e Regionalidade pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo (USP), mestrado em Literatura Brasileira pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e graduação em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).